

---

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE  
SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**

**entre**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**  
*Emissora*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*Agente Fiduciário*

**21 de março de 2014**

---

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta na CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

e,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404/76,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, mediante as seguintes cláusulas e condições:

*Este glossário é parte integrante do “Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG”.*

## **GLOSSÁRIO**

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGD da 1ª Série	Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª série.
AGD da 2ª Série	Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª série.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de fevereiro de 2014, que aprovou, a contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio da Emissão.
Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série	Conforme definida na Cláusula 5.10.2.1 desta Escritura.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CETIP21	CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Coordenador Líder	Instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, a ser contratada pela Emissora para coordenar a oferta pública das Debêntures, com esforços restritos de distribuição.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 7ª Emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG”, celebrado entre Emissora e o Coordenador Líder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de abril de 2014.
Data de Integralização	Conforme definido na Cláusula 5.3.1 desta Escritura.
Data de Vencimento da 1ª Série	15 de abril de 2019, ressalvados os eventos de vencimento antecipado e aquisição facultativa previstos nos Cláusulas VI e VII desta Escritura.
Data de Vencimento da 2ª Série	15 de abril de 2021, ressalvados os eventos de vencimento antecipado e aquisição facultativa previstos nos Cláusulas VI e VII desta Escritura.
Debêntures	As 25.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 7ª emissão da Emissora consideradas em conjunto.
Debêntures da 1ª Série	As Debêntures integrantes da 1ª série.
Debêntures da 2ª Série	As Debêntures integrantes da 2ª série.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação em AGD, são consideradas debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures da 1ª Série em Circulação	Todas as Debêntures da 1ª Série subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela

Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Debêntures da 2ª Série em Circulação	Todas as Debêntures da 2ª Série subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debenturistas	Em conjunto, os titulares das Debêntures da 1ª série e os titulares das Debêntures da 2ª série.
Debenturistas da 1ª série	Os titulares das Debêntures da 1ª série.
Debenturistas da 2ª série	Os titulares das Debêntures da 2ª série.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
Dívida Líquida	Corresponde ao total da dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado da Emissora, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
EBITDA	Representa a geração de caixa obtida pela Emissora decorrente da receita líquida de vendas e/ou serviços, deduzidos os custos dos serviços prestados, as despesas comerciais, as despesas administrativas, e outras despesas operacionais, somado a reversão de depreciações e amortizações e desconsiderando-se as receitas e despesas de construção, que passaram a ser contabilizadas a partir da adoção dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil emitidos até 31/12/2009 em convergência para o <i>International Financial Reporting Standards</i> , bem como todas as demais receitas/despesas que não possuem efeito caixa.
Emissão	7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.

Emissora ou Companhia	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta na CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos na Cláusula 5.6.3 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Índices Financeiros	Aqueles previstos na Cláusula 7.1, item (xi).
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM nº 480/09	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série	Conforme definido na Cláusula 5.10.2.2 desta Escritura.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional do Brasil Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2020, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA.
Oferta	A oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.
Oferta de Resgate Antecipado	Conforme definida na Cláusula 6.1.2 desta Escritura.
Partes	São partes desta Escritura a Emissora e o Agente Fiduciário.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimentos a ser conduzido pelo Coordenador Líder da Oferta.
Remuneração	Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso.
Remuneração das Debêntures da 1ª Série	Conforme previsto na Cláusula 5.9.3 desta Escritura.

Remuneração das Debêntures da 2ª Série	Conforme previsto na Cláusula 5.10.2 desta Escritura.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 21 de março de 2014, que aprovou os termos e condições da Emissão.
Serviço da Dívida	É o somatório dos pagamentos das amortizações das dívidas provenientes de contratos de financiamentos, de empréstimos e debêntures, acrescidos dos respectivos pagamentos das despesas financeiras, desconsiderando o serviço da dívida não recorrente e/ou não acobertado pela geração de caixa da Emissora.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, DI de um dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ).
Taxa SELIC	Taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos.
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Integralização.
Valor Nominal Unitário Atualizado	As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Integralização, pela variação do IPCA, calculado de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série.



## **CLÁUSULA I**

### **TERMOS DEFINIDOS**

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.

## **CLÁUSULA II**

### **AUTORIZAÇÕES**

2.1. A Emissão e a Oferta são realizadas, bem como a presente Escritura é firmada, com base nas deliberações da AGE e da RCA.

## **CLÁUSULA III**

### **REQUISITOS**

3.1 Nos termos da Instrução CVM nº 476/09, a Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

#### **3.1.1. Registro na CVM e ANBIMA**

3.1.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

#### **3.1.2. Arquivamento e Publicação da ata de AGE e da ata de RCA**

3.1.2.1. A ata da AGE foi publicada no DOEMG em 18 de fevereiro de 2014 e será arquivada na JUCEMG e publicada no jornal “Valor Econômico”, nos termos da Lei nº 6.404/76.

3.1.2.2. A ata da RCA será arquivada na JUCEMG e publicada no DOEMG e no jornal “Valor Econômico”, nos termos da Lei nº 6.404/76.

#### **3.1.3. Inscrição e Registro desta Escritura**

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e §3º do mesmo artigo, da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

### **3.1.4. Registro para Distribuição e Negociação**

3.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 3.1.4.1 acima, conforme o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas, nos termos do artigo 15, §1º, da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 do mesmo dispositivo legal.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **4.1. Objeto Social da Emissora**

4.1.1. De acordo com o artigo 1º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico.

### **4.2. Número da Emissão**

4.2.1. A presente Emissão constitui a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.

### **4.3. Valor Total da Emissão**

4.3.1. O valor total da emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.

### **4.4. Número de Séries**

4.4.1. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries.

### **4.5. Quantidade de Debêntures**

4.5.1. Serão emitidas até 25.000 Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida para cada uma das séries será definida em sistema de “vasos comunicantes” após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ressalvado que 1 (uma) das séries poderá não ser emitida, a depender do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada série será objeto de aditamento à presente Escritura, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de aprovação societária.

#### **4.6. Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Colocação.

4.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09. Para tanto, no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder: (i) somente poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.6.3. Nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas, mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo que as Instituições Intermediárias, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo Investidores Qualificados.

4.6.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4.7 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

4.7.1. O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A. e o Escriturador Mandatário da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A..

#### **4.8. Destinação dos Recursos**

4.8.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados no “Programa de Investimentos” da Emissora, em empreendimentos não financiados, tais como aquisição de terrenos, indenizações de ativos de novas concessões, entre outros, bem como alongamento do perfil da dívida da Companhia.

## **CLÁUSULA V**

### **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **5.1. Características Básicas das Debêntures**

5.1.1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2014.

5.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

5.1.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografia, nos termos da Lei nº 6.404/76, sem garantias adicionais.

5.1.4. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Integralização, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM nº 476/09.

#### **5.2. Subscrição**

5.2.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, em uma única data, a partir da data de início de distribuição, observado o disposto no artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2. Preço de Subscrição. As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série.

#### **5.3. Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização") de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

#### **5.4. Direito de Preferência**

5.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### **5.5. Repactuação**

5.5.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **5.6. Condições de Pagamento**

5.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas

eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.6.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

5.6.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.6.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 5.6.1 a 5.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## **5.7. Publicidade**

5.7.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados no DOEMG, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e em jornal de grande circulação indicado no Formulário de Referência da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* ([www.copasa.com.br](http://www.copasa.com.br)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de colocação e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

## **5.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

5.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

## 5.9. Características das Debêntures da 1ª Série

5.9.1. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 15 de abril de 2019, Data de Vencimento da 1ª Série, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado. Na Data de Vencimento da 1ª Série, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série em Circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.9.2. Atualização Monetária do Valor Nominal. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série.

5.9.3. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculados a partir da Data de Integralização, limitados à taxa máxima de 109,30% (cento e nove inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI. A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data prevista para o seu pagamento, e será paga ao final de cada Período de Capitalização. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, desde que respeitados os limites máximos definidos nesta Cláusula, será objeto de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária.

5.9.3.1. A Remuneração da 1ª Série será paga trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da 1ª Série será devido em 15 de julho de 2014 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 5.6.2 acima:

<b>Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série</b>
15 de julho de 2014
15 de outubro de 2014
15 de janeiro de 2015
15 de abril de 2015
15 de julho de 2015
15 de outubro de 2015
15 de janeiro de 2016
15 de abril de 2016
15 de julho de 2016
15 de outubro de 2016
15 de janeiro de 2017
15 de abril de 2017
15 de julho de 2017

15 de outubro de 2017
15 de janeiro de 2018
15 de abril de 2018
15 de julho de 2018
15 de outubro de 2018
15 de janeiro de 2019
15 de abril de 2019

5.9.3.2. A Remuneração da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até n;

n - Número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro.

P - taxa apurada em procedimento de *Bookbuilding* aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

$\text{TDI}_k$  - Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$\text{DI}_k$  - Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

5.9.3.3. O cálculo da Remuneração da 1ª Série acima está sujeito às seguintes observações:

- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

- O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- Efetua-se o produtório dos fatores diários,  $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$  sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.9.3.4. Observado o quanto estabelecido na Cláusula 5.9.3.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.9.3.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima, AGD da 1ª Série para os Debenturistas da 1ª Série definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas na Cláusula 5.9.3.2. acima e na apuração de  $TDI_k$  será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.9.3.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD da 1ª Série, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.9.3.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD da 1ª Série realizada conforme a Cláusula 5.9.3.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a partir da data da realização da AGD da 1ª Série, a Taxa SELIC ao invés da Taxa DI.

5.9.4. Amortização das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será integralmente amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

## 5.10. Características das Debêntures da 2ª Série

5.10.1. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de



2021, Data de Vencimento da 2ª Série, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado. Na Data de Vencimento da 2ª Série, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.10.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série farão jus a um rendimento a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, sabendo-se que para as Debêntures da 2ª Série serão o maior entre: (a) a Atualização Monetária da 2ª Série, conforme a Cláusula 5.10.2.1 abaixo, acrescida dos Juros Remuneratórios da 2ª Série indicados no item (i) da Cláusula 5.10.2.2 abaixo; ou (b) os Juros Remuneratórios da 2ª Série indicados no item (ii) da Cláusula 5.10.2.2 abaixo. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, desde que respeitados os limites máximos definidos na Cláusula 5.10.2.2. abaixo, será objeto de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária.

5.10.2.1. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Integralização, pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, informado / calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures da 2ª Série, sendo “n” um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo "dut" um número inteiro.

5.10.2.1.1. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

5.10.2.1.2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.10.2.1.3. Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão.

5.10.2.1.4. Os fatores resultantes das expressões  $[(NI(k)/NI(k-1))dup/dut]$  são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.2.1.5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.2.1.6. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a AGD da 2ª Série (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 5.10.2.1.7 abaixo.

5.10.2.1.7. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar do IPCA, a partir da data de realização da AGD da 2ª Série, o IGP-M.

5.10.2.1.8. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva AGD da 2ª Série, a referida assembleia não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série.

5.10.2.1.9. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre 2 (duas) datas de aniversários consecutivas.

5.10.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao maior valor entre (A) 7,69% (sete inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (B) 100% (cem por cento) da remuneração das NTN-B, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurada pela média aritmética das negociações das NTN-B nos 5 (cinco) dias imediatamente anteriores à data de início do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada data de cálculo dos Juros Remuneratórios da 2ª Série (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamentos;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

i = taxa a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 7,6900 (sete inteiros e sessenta e nove centésimos) conforme disposto acima, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou data do último pagamento de Juros Remuneratórios da 2ª Série, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

5.10.3. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série será devido em 15 de abril de 2015 e o último será

devido na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 5.6.2 acima:

<b>Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série</b>
15 de abril de 2015
15 de abril de 2016
15 de abril de 2017
15 de abril de 2018
15 de abril de 2019
15 de abril de 2020
15 de abril de 2021

5.10.4. *Amortização das Debêntures da 2ª Série.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será amortizada ao final do 3º (terceiro) ano a contar da Data de Emissão, isto é, no dia 15 de abril de 2017 e a última parcela será amortizada na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo:

<b>Parcela</b>	<b>Data da Amortização</b>	<b>Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Serie</b>
1	15 de abril de 2017	20%
2	15 de abril de 2018	20%
3	15 de abril de 2019	20%
4	15 de abril de 2020	20%
5	15 de abril de 2021	saldo

#### **5.11. Imunidade de Debenturistas**

5.11.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

### **CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **6.1. Resgate Antecipado e Oferta de Resgate Antecipado**

6.1.1. Não haverá possibilidade de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures pela Emissora.

6.1.2. A Emissora poderá, mediante deliberação do seu órgão competente, nos termos de seu Estatuto Social, realizar a oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os

Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade. A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

6.1.2.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, o qual deverá ser publicado nos jornais em que a Emissora realiza suas publicações habituais e descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá ter o sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista à Emissora que aceitar a oferta de resgate; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

6.1.2.2. Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no edital de Oferta de Resgate Antecipado mencionado na Cláusula 6.1.2.1 acima, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) Dias Úteis. Ao final desse prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.1.2.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no edital de Oferta de Resgate Antecipado mencionado na Cláusula 6.1.2.1 acima.

6.1.2.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios, acrescidos da Atualização Monetária, conforme o caso, devidos e ainda não pagos até a data de resgate antecipado; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

6.1.2.5. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.1.2.6. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

## **6.2. Aquisição Facultativa**

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM nº 476/09 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, adquirir as Debêntures em Circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor

Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração da respectiva Série, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração da respectiva Série, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação, de acordo com a série a que pertencer.

## **CLÁUSULA VII**

### **VENCIMENTO ANTECIPADO**

7.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência e exigirá da Emissora o imediato pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescidos da Atualização Monetária, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série, devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração da respectiva Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas nas respectivas Séries, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (ii) caso ocorra a dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da Emissora, assim como qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- (iv) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou de forma agregada, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (v) extinção de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação dos serviços de distribuição e tratamento de água por parte da Emissora ou das sociedades controladas pela Emissora, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que comprovado pela

Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;

- (vii) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que implique em redução do capital social da Emissora, exceto por determinação legal;
- (viii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido descumprimento;
- (ix) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (x) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Emissora; e
- (xi) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados anualmente, com base nas demonstrações financeiras datadas de 31 de dezembro, pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, de todas as informações necessárias para a conferência dos referidos índices:
  - (a) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser sempre igual ou inferior a 3,0 (três); e
  - (b) razão entre o EBITDA e o Serviço da Dívida deverá ser sempre igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

7.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos subitens (i), (ii) e (iii) da Cláusula 7.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, observando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.

7.3. Na ocorrência dos demais eventos listados na Cláusula 7.1 acima, excetuados os mencionados na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Caso a AGD mencionada nesta Cláusula não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Uma vez instalada a AGD prevista nesta Cláusula, será necessário o quórum de

Debenturistas representando mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida AGD, tendo tal decisão caráter irrevogável e irretratável.

7.4. Uma vez declarado o vencimento antecipado, o Agente Fiduciário exigirá da Emissora o imediato pagamento integral do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se for o caso, acrescido da respectiva Remuneração, devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração da respectiva Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas nas respectivas Séries, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura.

7.4.1. Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada: (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

7.4.2. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 3 (três) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada na Cláusula 7.4.1 acima, sob pena do disposto na Cláusula 7.4.3 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.4.3 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 7.4.2 acima, além da respectiva Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7.5. Caso haja alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras da Emissora que possa: (i) alterar as definições aqui estipuladas; e/ou (ii) o resultado do cálculo de tais definições e/ou dos Índices Financeiros, a Emissora deverá: (a) comunicar o Agente Fiduciário sobre a referida alteração no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da publicação oficial da nova regra ou prática contábil aplicável; e (b) concomitantemente, sugerir ao Agente Fiduciário novos Índices Financeiros e/ou definições. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD de todas as Séries para discutir e deliberar sobre a proposta de alteração dos Índices Financeiros e/ou definições à luz das novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.5.1. Exclusivamente na hipótese prevista na Cláusula anterior, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices Financeiros durante o período entre: (i) a convocação da AGD a que se refere a Cláusula anterior; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

7.5.2. Caso qualquer AGD a que se refere a Cláusula 7.5 acima não seja instalada, em primeira convocação, por falta de quorum nos termos do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei nº 6.404/76, tal



fato não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

7.5.3. Caso o quorum mínimo para instalação da AGD não seja atingido e a mesma não seja instalada em segunda convocação ou caso não haja aprovação, por debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures detidas pelos debenturistas presentes à AGD convocada pela segunda vez, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.6 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos na Cláusula 7.1 acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento.

## **CLÁUSULA VIII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, a cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes explicitando as rubricas necessárias à sua aprovação, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos respectivos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como de declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 7.1 acima no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
  - (d) cópia de relatório de avaliação de agência classificadora de risco da Emissora e/ou das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua divulgação;

- (e) cópia do relatório de *rating* da Emissora e da Emissão em até 5 (cinco) dias após sua renovação;
  - (f) informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais, se possível, deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM.
- 
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
  - (iii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (iv) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável;
  - (v) manter seu registro de companhia aberta perante a CVM durante a vigência das Debêntures, mantendo-o atualizado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09;
  - (vi) cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores nos termos da Instrução CVM nº 480/09;
  - (vii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, em especial no tocante aos deveres de divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante, de divulgação de informações na negociação de valores mobiliários de emissão da Emissora;
  - (viii) convocar, quando for o caso, nos termos da Cláusula X desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
  - (ix) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, se for o caso, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP;
  - (x) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;
- (xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da destinação dos recursos, conforme a Cláusula 4.8.1 desta Escritura;
- (xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xiv) obter e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes para as intervenções realizadas com os recursos obtidos por meio desta Emissão, bem como atender as exigências ambientais nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora e para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xvii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xviii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a agência de *rating*, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP;
- (xix) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; e
- (xx) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA IX**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **9.1. Nomeação**

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela

melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

## **9.2. Declaração**

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vi) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas; e
- (xii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

## **9.3. Substituição**

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial,

falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário: (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

9.3.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### **9.4. Deveres**

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (e) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (f) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (g) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (k) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (l) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- (m) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83.
- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiv) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.

- (p) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.7 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xv) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP e ao Escriturador Mandatário, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (r) coordenar o resgate parcial das Debêntures de acordo com o previsto nesta Escritura;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - (i) à CVM; e
  - (ii) à CETIP;
- (u) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VII acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;
- (v) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado em sua central de atendimento e/ou em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.pentagonotrustee.com.br>) o cálculo da Remuneração das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário; e
- (w) acompanhar com o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura.

## **9.5. Atribuições Específicas**

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:



- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

#### **9.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

9.6.2. As parcelas citadas na Cláusula 9.6.1 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.5. As parcelas citadas nas Cláusulas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o

substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

## **9.7. Despesas**

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, despesas estas que compreenderão: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação, transportes e estadias, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.7.2. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.3. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com: (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.7.3. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 9.7.1 acima será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

## **9.8. Cumprimento do artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83**

9.8.1. Na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na: 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("6ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de fevereiro de 2017 para as 200 (duzentas) debêntures da 1ª série e em 15 de fevereiro de 2019 para as 200 (duzentas) debêntures da 2ª série, totalizando 400 (quatrocentas) debêntures na data de emissão, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortizações previstos na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

## **CLÁUSULA X**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À AGD da 1ª Série e à AGD da 2ª Série (todas em conjuntos referidas simplesmente com AGD) aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

#### **10.1. Convocação**

10.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma AGD comum às duas Séries caso possuam a mesma ordem do dia.

10.1.2. A AGD de cada Série pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada Série; ou (iv) pela CVM. Para deliberações em AGD das quais deverão participar os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.1.3. A convocação das AGD de cada Série se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4. Qualquer AGD deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.5. Serão consideradas regulares as AGD de cada série a que comparecerem os Debenturistas titulares de todas as Debêntures em Circulação da série, independentemente de publicações e/ou avisos.

#### **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A AGD de cada Série se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de cada Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva Série em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum, sendo que em caso de AGD comum às duas séries, para fins de cálculo de quorum de instalação será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

#### **10.3. Mesa Diretora**

10.3.1. A presidência da AGD de cada Série caberá ao eleito pelos titulares das Debêntures de cada Série ou àquele que for designado pela CVM.

#### **10.4. Quorum de Deliberação**

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2.1, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2.1. Não estão incluídos no quorum mencionados na Cláusula 10.4.2 acima:

- (i) qualquer quorum expressamente previsto em outras Cláusulas desta Escritura;
- (ii) alterações às regras relacionadas às AGD previstas nesta Escritura, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, e deverão ser aprovadas pela Emissora; e
- (iii) as alterações relativas a: (a) Remuneração das Debêntures; (b) prazo de vencimento das Debêntures; e (c) eventos de inadimplemento das Debêntures listados na Cláusula 7.1 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, independentemente de terem comparecido à AGD da Série ou do voto proferido na respectiva AGD.

#### **10.5. Outras disposições Relativas à AGD**

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes (inclusive legais) da Emissora em quaisquer AGD.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a assembleia geral de acionistas.

### **CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente registrada como companhia aberta, categoria “A”, perante a CVM, estando em dia com todas as obrigações aplicáveis às companhias abertas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- (iii) o Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480/09, está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480/09, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos;
- (iv) todas as informações fornecidas pela Emissora no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, que permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura tem plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura;
- (vii) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (viii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (ix) vem cumprindo e cumprirá a legislação ambiental federal, estadual e municipal nos aspectos relevantes para o exercício de suas atividades;
- (x) tem todas as autorizações (societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (xi) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- (xiii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (xiv) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (xvi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis; e
- (xviii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

## **CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. Comunicações**

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) para a Emissora:

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**

Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio

CEP 30330-270, Belo Horizonte/MG

At.: Sra. Paula Vasques Bittencourt

Tel: (31) 3250-2015

Fax: (31) 3250-1409

Correio Eletrônico: dfi@copasa.com.br

- (ii) para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 4, Sala 514  
CEP 22640-102, Rio de Janeiro/RJ  
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal  
CEP 03084-010, São Paulo/SP  
At.: Sra. Claudia Vasconcellos  
Tel: (11) 2797-4204  
Fac-símile: (11) 2797-3140  
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar  
CEP 03084-010, São Paulo/SP  
At.: Sra. Claudia Vasconcellos  
Tel: (11) 2797-4204  
Fac-símile: (11) 2797-3140  
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
Jardim Paulistano, São Paulo/SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

## **12.2. Renúncia**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma

renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **12.3. Despesas**

12.3.1. A Emissora arcará, direta ou indiretamente, com todos os custos relativos à Emissão e à Oferta, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, Agência Classificadora de Risco, agência de publicidade, e demais prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão, além de registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

### **12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### **12.5. Disposições Gerais**

12.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/8 e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



12.5.4 Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5.5 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

12.5.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

12.5.3. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

## **12.6. Foro**

12.6.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 21 de março de 2014.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco.  
As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*

*Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG*

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG**

---

Nome:

Cargo:

---

Nome:

Cargo:

*Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

---

Nome:

Cargo:

*Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG*

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

RG:

CPF:

---

Nome:

RG:

CPF: